



O Estado do Acre: breve abordagem diplomática e militar

*Davis Ribeiro de Sena**

RESUMO

Trata o artigo da questão acreana, desde a sua origem até a incorporação do território do hoje Estado do Acre à jurisdição definitiva do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia, Plácido de Castro, Barão do Rio Branco.

Taumaturgo de Azevedo foi o primeiro a enfrentar as marchas e contramarchas movidas por interesses externos não muito claros, que encobriam atitudes ocultas que contrariavam as realidades históricas e geográficas favoráveis ao Brasil. Plácido de Castro colocou, em pratos limpos, a intrincada dicotomia diplomática - empregando a força das armas, quando inevitável, nos momentos adequados - naquele instante de afirmação nacional. O Barão do Rio Branco jamais considerou a palavra "conquista", no entanto perseverou e definiu o Acre como solo incontestável do Brasil - legalmente e por meio de negociações bilaterais - concretizando o objetivo da grande maioria de seus habitantes, que optaram livre e irreversivelmente pela nacionalidade brasileira.

EM BUSCA DO EL DORADO

Tudo começou pelo natal do ano da graça de 1539, quando *El Gobernador Capitan General y Adelantado del Pirú*, Dom Francisco Pizarro, determinou ao seu irmão Gonzalo empreender uma formidável *bandera* composta por 180 fidalgos, inúmeros cavalos e cães de caça, cordas, ferramentas e pregos para a construção de embarcações, lhamas, ovelhas e porcos, 340 peões e 4.000 indígenas, instrumentos agrícolas e os indefectíveis arcabuzes e munições. Iam em busca do El Dorado e do País da Canela, segundo Cláudio de Araújo Lima.

Nada os detém na colossal investida, nem a fome cruel que enfraquece e desespera, fazendo-os alimentar-se de tudo que lhes caía nas mãos, inclusive pedaços de

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio efetivo do IGHMB.

carne humana, devoradas às escondidas. Protegidos por uma tribo de índios pacíficos, às margens do Rio Coca, construíram um bergantim a duras penas, guarnecido por 50 aventureiros, 2 negros, 1 frade para cuidar das almas e outro para relatar a expedição (Gaspar de Carbajal) e tendo no comando *El Magnífico Señor Capitan General* Francisco de Orellana, *“partiu rio abaixo ao sabor da correnteza que leva à embocadura do Rio Marañon”* - ainda nas palavras do notável escritor citado - vencendo a torrente, as febres tropicais e os motins, além dos combates esporádicos com silvícolas invisíveis.

De repente, à foz do Rio Nhamundá depararam-se com o terrível desafio que os assombrou: *“mujeres guerreras que luchavan como diez hombres, muy blancas, altas y membrudas, que andan furiosas con los cabellos muy largo y entranzado, desnudas, tapando sus verguenzas”*, assim Frei Gaspar descreveu as fantásticas amazonas, já cego de um olho, arrancado por uma flecha, no tufão da refrega deflagrada em 22 de junho de 1541. Sua Majestade Católica, no trono de Valladolid - neto de Fernando VII de Castela, que herdara, aquele continente a descobrir, graciosamente das mãos amigas de um Papa espanhol - lia extasiada a incrível odisséia, sem imaginar que as terras descritas entusiasticamente pelo religioso seriam questionadas com denodo pelo êmulo mais frágil economicamente, porém estóico em suas atitudes, a realeza lusitana. Um ano mais tarde, o *mar dulce* do conquistador Vicente Iañes Pizón foi alcançado, porém quase cem anos se passaram salpicados de excursões castelhanas, até que, em 26 de outubro de 1637, o bandeirante luso, Pedro Teixeira, se dispôs a enfrentar a

correnteza em sentido contrário, rumo ao poente, conduzindo 47 pirogas tendo 20 remos cada, transportando 2.500 criaturas, entre brancos e índios, mulheres e crianças, escribas, militares e capelães, *“aguas arriba del rio de las Amazonas”*, até alcançar a Real Audiência de Quito.

Propiciou essa expedição - que traria muitos problemas diplomáticos à poderosa Espanha - a circunstância de que a fronteira entre os dois países tinha sido riscada do mapa, eis que o pequenino reino *“à beira mar plantado”* estava jungido à coroa de Madri, sob Felipe IV. Na embocadura do Rio Napo, o destemido navegante português acampou por alguns dias, rendeu homenagens ao soberano castelhano e fincou um pequeno marco que, mais tarde, se constituiria no mais palpável argumento favorável a Portugal, por ocasião da restauração e da partilha, estendendo os limites de sua colônia americana ao sopé dos Andes, bem perto do Oceano Pacífico.

Mas não ficou por aí a contínua e crescente disputa entre as duas nações ibéricas, desde que Sua Majestade Fidelíssima recuperara a soberania concedida por Suas Majestades Católicas (1668). O meridiano utópico de Alexandre VI (1493) tinha sido distorcido ao longo do tempo e acordos e mais acordos foram assinados e desobedecidos sem-cerimônia: Tratado de Madri (1750), Tratado do Pardo (1761) e Tratado de Santo Ildefonso (1777) foram os principais, um desfazendo o outro, e, finalmente, o de Badajoz (1801) parecia resolver as seculares pendengas.

Ledo engano: na maior floresta do mundo, desconhecida e cobiçada, entrecrocavam-se as duas correntes colonizadoras agora robustecida a disputa por dois

novos fatores complicadores representados pela tentativa de interferência dos emergentes Estados Unidos da América, como potência mundial, e o surgimento de uma estranha seiva extraída do caule de uma das árvores mais encontradas nos confins da selva quase impenetrável - de valor econômico nada desprezível, apesar de seu preço vil - já do conhecimento dos nativos, que a aproveitavam até na iluminação de suas choupanas.

Vivíamos os primórdios do século XIX, entretanto as ambiciosas metrópoles transferiram o legado da profunda controvérsia pelas *tierras no descubiertas* - como as registravam os próprios mapas bolivianos - a dois de seus herdeiros sul-americanos: os jovens Império do Brasil e República da Bolívia, participantes na primeira linha do conflito pela extração do chamado *látex*, matéria-prima da borracha, um dos pilares modernos em que se assentaria o progresso industrial da humanidade. Inicialmente na indumentária, e a seguir como um dos componentes básicos para o automóvel, que substituiria as obsoletas carruagens hipomóveis, configurando um dos mais significativos passos na direção do desenvolvimento e do bem-estar social.

E voltaram os tratados... primeiramente o de Ayacucho - firmado em La Paz, em 27 de março de 1867 - lesivo aos interesses brasileiros, pois considerava bolivianas as milhares de léguas quadradas que integrariam o futuro Território do Acre e contrariava o reconhecido direito de posse pelo princípio do *uti possidetis* - admitido tradicionalmente por Portugal e Espanha - concretizado pela expedição fluvial do caboclo amazonense, Manoel Urbano da Encarnação (1861), iniciando

o deslocamento de famílias inteiras oriundas do saliente nordestino, em busca da fortuna ilusória da seringueira acreana, enquanto procuravam sobreviver à terrível seca acontecida em 1877.

“A perda do Acre será, para o Tesouro amazonense, a supressão de vultosas rendas provenientes dos impostos sobre a borracha, bem como dos polpidos impostos que derivam do avolumado movimento da praça de Manaus, onde negociam as firmas abastecedoras dos seringais. Será, enfim, o encerramento de uma fase de áureas larguezas e de alto estalão de vida mundana” (Cláudio de Araújo Lima).

A fronteira não foi demarcada no terreno, apesar das insistências da Bolívia buscando definir os limites entre os rios Madeira / Javari e suas fontes - agora endereçadas aos governantes da República dos Estados Unidos do Brasil - finalmente atendidas em 19 de fevereiro de 1895. Em pouco menos de dois anos de incessantes reuniões, a representação brasileira liderada pelo eminente Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo - muito firme na defesa dos seus pontos de vista - denunciou os dados geodésicos obtidos pelos bolivianos, suspendendo os trabalhos bilaterais de demarcação física do linde internacional.

Enfim, as negociações recomeçaram por intermédio do Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes, integrante do 2º escalão da Comissão Taumaturgo, no final do mês de junho de 1897, e, pelo protocolo de 23 de setembro de 1898 o Brasil reconhecia que o território do Aquiri - alvo das discussões - era agora definido pela Linha Cunha Gomes, considerando-o bo-

liviano, ao tempo em que autorizava a instalação de uma alfândega daquele país, permitindo que seu enviado plenipotenciário, José Paravicini, fundasse o povoado de Puerto Alonso - em alusão ao presidente boliviano - para indignação dos brasileiros acreanos, que logo contestariam veementemente a situação imposta pelo Presidente José Ferraz de Campos Sales. Esse ministro estrangeiro rapidamente legislou sobre a navegação dos rios Purus, Iaco e Acre, internacionalizando-a, isto é, abrindo a exploração da borracha à bandeira estadunidense, além de estabelecer taxas aduaneiras e impostos de comercialização interna, o que deu início à desobediência civil, que se alastrou nos corações e mentes dos habitantes locais, brasileiros em grande maioria. Daí para a rebelião popular explícita chefiada pelo amazonense José Carvalho e deflagrada em 30 de abril de 1899 foi um simples passo, com lançamento de manifesto e tudo, forçando o governante boliviano a retirar-se para Manaus, abandonando o Acre à própria sorte.

Vale destacar a atuação oportuna da Comissão Mista Perúvio-Brasileira, cuja expedição partiu de Tabatinga em 17 de janeiro de 1874 (82 homens), visando a determinar as cabeceiras do Rio Javari, chefiada pelo Capitão-de-Fragata Luiz von Hoonholtz, futuro Barão de Tefé, pelo lado brasileiro, e concluída em 14 março do mesmo ano, trazendo apenas 55 remanescentes. Se por um lado não obteve dados geográficos definitivos sobre a principal nascente daquele rio lindeiro entre os dois países, por outro acalmou os ânimos, convencendo o presidente peruano da lisura do procedimento diplomático do Império, nos difíceis debates elucidativos

da questão acreana, bem como evitando uma possível aliança entre os dois países de língua espanhola, o que seria fatal ao interesse brasileiro.

UM ESTRANHO NO NINHO

Corria o ano de 1899, quando surgiu do nada, em Manaus, um personagem exuberante que parecia ter saído de repente das páginas de um criativo livro de ficção, ou do celulóide do mais mirabolante filme de Hollywood. Ousadia e desfaçatez não faltaram ao aventureiro espanhol, possuidor de um nome *pomposo e sonoro*: Dr. Luiz Galvez Rodriguez de Arias. Nascido em Cadiz, filho de um fidalgo almirante, apreciador das mesas de bacará e de finas bebidas importadas, muito bem humorado, envergando trajes elegantes e aristocrático monóculo, o comportamento perdulário de Dom Galvez, nas noitadas galantes do City Club, denunciava que possuía rendas portentosas, além dos parcos salários recebidos de empregos comuns que exercia como funcionário público e repórter *freelancer* de um jornal local. Entretanto, assim como aparecera, sumiu inesperadamente o elegante e boêmio doutor formado em ciências jurídicas pelas universidades de Sevilha e de Madri, que chegara a exercer cargo diplomático junto aos governos italiano e da Sérvia e trabalhara na embaixada de seu país em Buenos Aires. Finalmente, desembarcara em Belém do Pará munido de passaporte legal, bem como de uma carta de apresentação do ministro espanhol acreditado na capital imperial, dirigida ao cônsul boliviano que exercia o domínio político em Puerto Alonso, ao sul da linha Cunha Gomes, como vimos.

Poliglota, foi ele quem verteu do idioma espanhol para o inglês - comprometendo sua veracidade - o documento de ampla ressonância nas relações continentais latino-americanas, que assim veio a público:

1º Os Estados Unidos da América do Norte gestinarão por via diplomática da República do Brasil o reconhecimento dos direitos da República da Bolívia nos territórios do Acre, Perus e Iaco, hoje ocupados de acordo com os limites estabelecidos pelo tratado de 1867.

2º Os Estados Unidos da América do Norte se comprometem a facilitar à República da Bolívia o numerário e apetrechos bélicos de que esta necessite em caso de guerra contra o Brasil.

3º Os Estados Unidos da América do Norte exigirão que o Brasil nomeie dentro do corrente ano uma comissão que, de acordo com a Bolívia, deslinde as fronteiras definidas entre o Purus e o Javari.

4º O Brasil deverá conceder a livre navegação dos afluentes do Amazonas aos barcos de propriedade boliviana, assim como livre trânsito pela alfândega do Pará e Manaus às mercadorias destinadas a portos bolivianos.

5º Em recompensa aos seus bons officios, a Bolívia concederá aos Estados Unidos da América do Norte o abatimento de 50% dos direitos da borracha que sair com destino para qualquer parte da dita nação e este abatimento durará pelo prazo de dez anos.

6º No caso de ter que apelar para a guerra, a Bolívia denunciará o tratado de 1867, sendo então a linha limítrofe da Bolívia a Boca do Acre, e entregará o território restante, isto é, a zona compreendida entre Boca do Acre e a atual ocupa-

ção, aos Estados Unidos da América do Norte, em livre posse.

7º Os gastos que ocasionar uma guerra serão pagos pelos Estados Unidos da América do Norte, recebendo em hipoteca a renda das alfândegas bolivianas.

José Paravicini,
Ministro da República da Bolívia
e Enviado Plenipotenciário.

Luiz Trucco,
Cônsul geral da Bolívia no Pará.
Visto: Kennedy, Cônsul dos USA

Seja como for, estava ancorada no porto de Belém a canhoneira norte-americana *Wilmington* que, segundo boatos espalhados na Amazônia, fazia parte de uma secreta Esquadra do Atlântico, sob o comando do Almirante Howison. Em 9 de maio de 1899, zarpou a belonave com destino aos Estados Unidos da América e seu comandante Capitão Chapman Todd era o portador da mensagem acima transcrita ao Presidente Mac Kinley, daquele país. No dia seguinte, Dom Galvez não compareceu mais aos seus empregos e limitou suas atividades a conversações com os governadores dos estados do Pará e do Amazonas (Paes de Carvalho e Ramalho Júnior, respectivamente) além de Serzedelo Corrêa, do Itamarati, tratando do arrendamento das terras litigiosas - fornecedoras da maior quantidade e da melhor qualidade do látex - a um sindicato de capitalistas internacionais, também indicado pelo incrível oportunista.

Até que, a bordo do navio-gaiola *Cidade do Pará*, patrocinado pelo Governador Coronel Ramalho Júnior, foi organizado, em 14 de julho de 1899, sob a forma

republicana, em homenagem ao 110º aniversário de um momento decisivo da história da humanidade, o Estado Independente do Acre, e o Dr. Luiz Galvez Rodriguez de Arias assumiu a Presidência, mesmo que, cavalheirescamente, tenha dito que o dirigente máximo do Estado recém-criado deveria ser de nacionalidade brasileira. Respalhado em consagrada aclamação popular - os acreanos, patrões e trabalhadores entendiam que o essencial era livram-se do controle alfandegário da Bolívia - nas armas e munições, provisões e dinheiro postos à sua disposição, em quantidade jamais vista, por seringueiros e pelo governador do Estado do Amazonas, o ditador temerário começou a administrar: organizou uma milícia que se mostrou aguerrida, baixou decretos importantes - como o que criou o estandarte acreano, que perdura até nossos dias -, correspondeu-se com as principais nações do globo, nomeou ministros de Estado, pronunciou discursos inflamados, designou representantes diplomáticos no exterior e, principalmente, convenceu-se de que sua *buena dicha* o conduziria às páginas da História como o moderno conquistador ibérico das riquezas do El Dorado, superando seus antepassados desbravadores.

Seu império individual durou apenas cinco meses. Logo foi destronado por um de seus acólitos, tão ambicioso quanto ele e, em 8 de dezembro do penúltimo ano do século XIX, apreciava o belo céu do fugaz Estado Independente do Acre da janela da prisão onde fora recolhido por Antônio de Souza Braga, que ocupara seu lugar.

Continuemos. Dionísio Cerqueira - que demitira Taumaturgo de Azevedo - entregou a pasta das Relações Exteriores a Olinto

de Magalhães, burocrata graduado daquele ministério, que decidiu obedecer letra por letra o antigo Tratado de Ayacucho, submergido pela voragem dos acontecimentos, já que no quinquênio anterior à invasão nordestina a exportação da *hevea brasiliense* mal chegava às 10 mil toneladas (12 mil contos de réis), porém no último período de cinco anos (1893/7) ficou acima das cinquenta mil, atingindo o valor de trezentos mil contos de réis. Enquanto isso, o governador do Estado do Amazonas persistia em obter o apoio do Governo Campo Sales para fazer os vizinhos andinos desistirem de suas pretensões sobre o Acre. Para isso, contava com as participações entusiásticas de cidadãos brasileiros de prestígio como Lopes Gonçalves, Lauro Sodré, Serzedelo Correia, Rui Barbosa, Lauro Müller, Paula Freitas, Bernardo de Mendonça, Lúcio de Azevedo, Antenor Nascetes, Paulo de Frontim e tantas outras personalidades que argumentavam com brilhantismo em torno dos direitos nacionais naquele contencioso no Parlamento, nos jornais, nas sociedades culturais, nos clubes Militar e Naval, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nas ruas, nas praças, por toda parte vozes patriotas e valentes solidarizavam-se com os acreanos - que se batiam para permanecer brasileiros - defendendo um patrimônio legado por Portugal, nas vésperas de ser dilapidado em razão de injunções políticas.

A luta continuava e, em 30 de outubro de 1899, foi confiada ao notável astrônomo Luiz Cruls uma segunda exploração às nascentes do Rio Javari - da qual participavam o Capitão-de-Fragata Acioli Lobato e o Capitão Tasso Fragoso - ao passo que o governo boliviano expedia uma coluna militar terrestre que marchou de La Paz em

direção à fronteira brasileira (14 de Julho de 1900) ao mando do próprio Ministro da Guerra Coronel Ismael Montes, acompanhada pelo Vice-Presidente da República Lúcio Perez Velasco, a mais poderosa até então, composta por unidades militares de elite das guarnições daquela capital e das cidades de Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra. Tal fato não evitou que ambos fossem aprisionados nos seringais brasileiros e mantidos sob custódia de 19 até 23 de outubro de 1900. Os confrontos violentos continuavam sem perspectivas de esmorecimento, enquanto não fosse dada uma solução diplomática que atendesse aos anseios das populações locais.

Posteriormente, tendo à frente o engenheiro civil Orlando Correia Lopes, foi organizada, em Manaus, a Expedição Floriano Peixoto - forte de 132 homens -, que passou para a História com o nome de *Expedição dos Poetas*, mercê dos inúmeros intelectuais que a compunham, nenhum deles possuidor de experiência militar, embarcando no velho gaiola *Solimões* e enquiilhando para Caquetá. Se não dispunham de qualquer qualificação guerreira, possuíam muita disposição: em 24 de dezembro do mesmo ano, investiram Porto Acre, tirotearam durante três horas com os defensores entrincheirados e foram repelidos, em refrega de expressivas baixas: 12 atacantes e 4 defensores. Mais uma vez o Acre virou boliviano, fundamentado pelo direito gerado em Ayacucho e agora pela imposição das armas. Vale esclarecer que o último reduto *cauchero* capitulou em 24 de janeiro de 1903 e que somente em 17 de março daquele ano a vanguarda do Corpo de Ocupação do General-de-Divisão Antônio Olímpio da Silveira pene-

trou no território acreano. As últimas escaramuças ocorreram entre 18 e 26 abril de 1903. O Exército Brasileiro não participou da refrega e sua intervenção visou apenas a fazê-la cessar.

Ao exercer com desembaraço o papel de revolucionário de opereta, o afoito agente do governador amazonense trouxe à tona política - por intermédio de *charges* e caricaturas publicadas nos jornais e revistas do Distrito Federal e de São Paulo, peças musicais jocosas encenadas nos teatros, mas também por artigos e crônicas responsáveis nos periódicos - e despertou a atenção nacional, pela primeira vez, para a situação dramática que um punhado de brasileiros decididos enfrentavam nos rincões da floresta amazônica, disputando a ferro e fogo a posse ainda indefinida da rica goma elástica nativa, herança de um processo histórico longo e convulsionado, imposto pelas potências colonizadoras de além-mar.

Em 9 de março de 1900, o aventureiro atraído, portando seu indefectível monóculo e já com a saúde abalada pelo impaludismo, foi deposto pelo Governo Federal por intermédio da ação da flotilha fluvial - avisos *Tocantins* e *Jutai* e vapor *Cidade de Manaus* - comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra José Ramos da Fonseca e confinado na cidade do Recife, capital pernambucana. O Estado Independente do Acre foi extinto e seu território entregue à República da Bolívia, que logo procurou ocupar fisicamente a área litigiosa, aproveitando a calma política momentânea e insinuando-se nas boas graças da população.

"Felix Aramayo, ministro da Bolívia em Londres, não teve grandes dificuldades

na obtenção do contrato de arrendamento, assinando-o a 11 de julho de 1901 com Frederick Wallingford Widtridge, incorporador dos capitais que têm origem inglesa e americana. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, de fato, é que estavam os maiores interessados na borracha do Acre.

Na Presidência da The Bolivian Syndicate of New York City in North America, como ficou denominada a companhia, foi colocado um filho do Coronel Theodor Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, naturalmente o país de governo forte que não teria dúvida em defender os interesses de seus nacionais” (Luiz Felipe de Castilhos Goycochea).

A seguir, o Parlamento boliviano (21 de dezembro de 1901) ratificou o contrato pelo qual a soberania daquele país sobre o chamado território de colonias - Acre para os brasileiros - fora negociada ao *Bolivian Syndicate*, acima mencionado.

Acometido de acessos febris, Luiz Galvez tremia no leito e delirava em suas denúncias desacreditadas. A doença agravava-se, mas ele obteve empréstimos financeiros de várias origens que lhe permitiram fazer doações a igrejas e orfanatos, distribuir esmolas generosamente e comprar uma passagem de ida para a Europa. Todavia, seu fulgurante alto astral, antes infalível, abandonara-o para sempre.

A ESTRELA DO CAUDILHO

Nascido em 12 de dezembro de 1873 na Vila de São Gabriel, encrustada no pampa rio-grandense e hoje desvanecida por ser a *Terra dos Marechais*, José Plácido de Castro - paulista, condecorado in-

tegrante da *Legião das Tropas Ligeiras de São Paulo*, que expedicionara à República Oriental do Uruguai, na campanha cisplatina - recebeu o prenome do avô, segundo filho varão do Capitão de Cavalaria Prudente da Fonseca Castro, combatente na guerra da Tríplice Aliança (1864/70), recentemente finda. Orgulhava-se de sua linhagem militar, iniciada com o bisavô, brioso soldado de Sua Majestade, que contribuiu para a conquista do território da Missões, em 1801. Nunca deixou de ser monarquista, condição que o transformou num entusiasmado *maragato*, pelejando com os *pica-paus*, de arma na mão, por ocasião da Guerra Civil Brasileira (1892 / 5). Mas essa é outra história...

Aos 7 anos de idade (1881), o segundo José Plácido manuseou a cartilha e a tabuada na escola de sua cidadezinha, iniciando seus estudos. No entanto, a morte prematura do pai quatro anos depois, levou-o a trabalhar atrás do balcão de um *bolicho* gabriense, mas foi logo encaminhado aos bancos secundários para ocupar seu primeiro emprego humilde de ajudante de ourives e, finalmente, auxiliar de cartório, na vizinha localidade de São Francisco de Assis. De emprego e emprego, em 27 de dezembro de 1889, o neto do Major José Plácido de Castro assentou praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha, o lendário *Boi de Botas*, aquartelado em sua terra natal, transferindo-se poucos meses após para a Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo. Em 1892, graduado 2º sargento, retornou à sua unidade de origem.

Matriculado no ano seguinte na Escola Militar de Porto Alegre, o jovem voluntário revelou-se bom aluno. Aparentemente um simples desfile militar, a Proclama-

ção da República deixara marcas profundas de desunião, representada por conspirações e resistências política e armada em diversos setores da sociedade brasileira. No Estado do Rio Grande do Sul, detonou uma revolução sangrenta que questionava a autoridade do Marechal Floriano Peixoto, vice-presidente no exercício da Presidência da República, em razão da renúncia do titular Marechal Deodoro da Fonseca. O movimento revoltoso se alastrou a outros estados da Federação, aliado a setor expressivo da Marinha de Guerra (Nota do autor: em livro intitulado *O Grande Desafio Brasileiro (1892/5)*, o autor estudou esse doloroso episódio da História do Brasil, cuja integridade territorial esteve ameaçada). Pois bem.

O aluno Plácido de Castro fazia parte da minoria federalista que compunha o corpo discente, e a grande maioria de republicanos, por intermédio de arrebatado manifesto, solicitou o fechamento daquela escola de formação – imediatamente atendido pelo Ministro da Guerra – para que cadetes, oficiais e praças pudessem reforçar as fileiras legais no conflito fratricida então deflagrado. O vibrante documento não recebeu sua assinatura, levando-o à detenção no 13º Batalhão de Infantaria (Porto Alegre), daí conduzido ao Corpo de Transporte (Bagé) e destacado semanas depois para a guarnição de Rio Negro, proibido de portar arma de fogo. Reabilitado, ao fazer uma ronda nas linhas avançadas do dispositivo, abandonou as forças legalistas e dirigiu-se aos federalistas, na linha de contato, comparecendo à presença do General Joca Tavares, que aceitou de bom grado sua adesão.

Mostrou ser um soldado disciplinado e valente, concluindo sua experiência revo-

lucionária ostentando os galões de major aos 21 anos de idade, e assim se apresentou ao comandante do 6º Distrito Militar – e emissário presidencial para assinar a paz definitiva – General Galvão de Queiroz, conseqüência da derrota maragata (federalista), em 1895. Extintas as forças rebeldes, recolheu-se a São Gabriel pelo curto período de um ano e, anistiado, foi convocado pelo Exército para servir no Colégio Militar do Rio de Janeiro, como inspetor de alunos. Não foi feliz em suas tarefas, sendo exonerado após incidente constrangedor com o catedrático Barão Homem de Melo (1898), para ser admitido na Companhia Docas de Santos (São Paulo), a chamado de um amigo. Nesse momento, juntou-se a dois companheiros para viajar a Manaus, capital amazonense, *onde se amealhava fortuna em pouco tempo*. Seria o início da grande aventura de sua vida.

Há registro de que, em 28 de fevereiro de 1899, o moço aventureiro abandonara o emprego santista e, em maio de 1900, encontrava-se na Amazônia, de onde se deslocaria ao Ceará em busca de tratamento médico, regressando no começo de 1902 para encabeçar o movimento armado dos migrantes brasileiros no Acre. Depois da assinatura do Tratado de Petrópolis, rumou para a capital federal e visitou São Gabriel, Porto Alegre, Montevidéu e Buenos Aires, já proprietário de amplos seringais. Bem-sucedido comerciante, sem deixar a política, exerceu o cargo de prefeito do Departamento do Alto Acre (julho de 1906 / março 1907), segundo seu irmão e biógrafo Genesco de Castro.

A passagem como bedel pelo Colégio Militar não fora em vão: assimilara conhe-

cimentos rudimentares de Geografia, de História e de Matemática, que muito valeram na nova profissão de agrimensor que adotara e com a qual chegara ao Acre, incentivado pelos engenheiros civis Orlando Lopes e Gentil Norberto, que mostravam espírito combativo em suas atitudes.

Acometido de beribéri, presenciara os verdadeiros desatinos de Dom Galvez e as lutas acirradas de caucheros contra seringueiros e mateiros, provavelmente desde 1899, mas foi, a partir de 2 de julho de 1902, data de sua aclamação como comandante-em-chefe de forças militares ainda inexistentes – talvez por ser o único brasileiro com experiência de guerra –, que assumiu a direção do destino político do Estado Independente do Acre, por ele fundado em 7 de agosto, à frente de 33 homens, após destituir o governante boliviano de Xapuri, no dia anterior. Naquele ano, amargou seguidos reveses no enfrentamento direto com os adversários, entretanto, em 7 de dezembro, derrotou-os no combate de Costa Rica, precursor do cerco que estabeleceria em torno de Porto Acre, a partir de 15 de janeiro de 1903, já liderando expressivo efetivo de oitocentos brasileiros e forçando a escapada da diretoria do *Bolivian Syndicate* para Belém – de onde nunca mais voltaria –, que recebera indenização de 110 mil libras esterlinas, pagas pelo Tesouro Nacional.

A vitória se concretizou com o despacho do Chanceler Rio Branco – alma de soldado e monarquista assumido – três dias depois, ao embaixador brasileiro em La Paz, comunicando que declarara litigiosa a área existente acima do paralelo 10° 20', que seria ocupada por forças expedicionárias do Exército. As tropas estrangei-

ras citadas se renderam sem luta (24 de janeiro) e quatro dias depois o Coronel José Plácido de Castro foi empossado como governador do Acre Meridional pelo Governo Federal, atritando-se com o General Olímpio da Silveira, governador do Acre Setentrional. Brasil e Bolívia concertaram um *modus vivendi* temporário, preparatório do iminente Tratado de Limites de Petrópolis (17 de novembro de 1903), firmado por José Maria da Silva Paranhos – do alto de sua lucidez – e Claudio Pinilla, que resolveu definitivamente aquela ferrenha disputa territorial.

Foi emboscado em 9 de agosto de 1908, falecendo dois dias depois, vítima de um crime de natureza essencialmente política. Os criminosos foram identificados, mas o Poder Judiciário jamais se pronunciou a respeito da covarde tocaia, malgrado o atentado fosse praticado na presença de um promotor público e de um advogado militante. Literalmente caiu do cavalo, alvejado por dois tiros traiçoeiros, um dos quais atingiu-lhe mortalmente a coluna vertebral, em sombrio recanto de um seringal. Ocultos pela volta da picada, os 14 assassinos dispararam uma chuva de balas, para se certificarem do êxito da ignomínia, abrigados pelo momentâneo anonimato da madrugada. Os restos do último caudilho jazem numa tumba evocativa no campo santo da cidade de Porto Alegre.

O BARÃO QUE FEZ HISTÓRIA

No instante em que o conselheiro Rodrigues Alves assumiu o governo do país, em 15 de novembro de 1902, sucedendo a Campos Sales, o ambiente nacio-

nal estava em ebulição. No Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Ceará, no Amazonas e no Pará, havia movimento entusiástico do povo pelos feitos de Plácido de Castro. Organizavam-se batalhões patrióticos para marcharem em auxílio dos acreanos. Os jornais estampavam, cada dia, artigos vibrantes, procurando fazer com que o governo atentasse para o drama que se desenrolava nas florestas da Amazônia. Os oradores populares, em longos comícios, alinhavam protestos contra a inação confortável dos governantes. Ninguém, em verdade, se conformava com a atitude assumida e mantida pela União Itamarati. Era esta a temperatura emocional encontrada pelo Barão do Rio Branco, ao ser investido ministro das Relações Exteriores, no dia 2 de dezembro daquele ano.

As manifestações que lhe tributaram desde sua chegada da Europa, na véspera, fizeram-no compreender que elas não se tratavam apenas de homenagem ao advogado vitorioso nos contenciosos das Missões e do Amapá, mas ao homem forte em quem se depositava a esperança de que também iria resolver em definitivo a infundável questão pela posse do Acre.

Não terá sido enganosa essa compreensão. José Maria da Silva Paranhos, antigo professor de História e de Corografia do Brasil, era, antes de tudo, um espírito positivo, de lutador honesto e leal de atitudes, enérgico quando necessário, dedicado ao trabalho, porém apreciador dos momentos alegres da vida.

“O consulado em Liverpool, as comissões na Rússia, na França e nos Estados Unidos, as legações na Suíça e na Ale-

manha não haviam deformado aquele simpático e desabusado Juca Paranhos das serestas e brindes no Alcazar do antigo Rio de Janeiro de meados do século passado. O fardão vistoso de diplomata não conseguira afeiçoar aquela alma de mosqueteiro diserto e generoso nos moldes convencionais da diplomacia de simples boas maneiras. O cosmopolitismo de Paris, Berlim e Nova York não tinham desnacionalizado o inexcedível biógrafo do General Barão de Cerro Largo, o estudioso da batalha do Passo do Rosário, o erudito das “Efemérides Brasileiras”. Tudo leva a pensar, aliás, que Rio Branco foi soldado furtado às fileiras. Não sei se alguma vez ele terá confessado isso; sei, porém, como toda gente, que o 2º Rio Branco agiu sempre sob a inspiração de um espírito eril, espírito dominador, espírito militar” (Goycochea).

O fato é que, desde a investidura no cargo, se inteirou dos problemas visando a resolvê-los, arrematando o que Plácido de Castro já havia feito pelas armas, equiparando sua ação à do campeador. Claudio Pinilla, o astuto diplomata boliviano acreditado junto ao Governo do Rio de Janeiro, percebeu, de pronto, logo no primeiro contato com o novo chanceler brasileiro, que a situação se modificara radicalmente, ditando os novos rumos diplomáticos a serem seguidos.

A presença de Rio Branco no Itamarati, de fato, transmudara o ambiente que não é mais propício a negações, a tergiversações, ameaças veladas, ironias mal dissimuladas. As palavras passaram a ser ouvidas com respeito e tomadas na acepção insofismável, clara, incisiva. As palavras e

os atos. É que Rio Branco não usava perifrases; votava horror ao circunlóquio, indo diretamente ao ponto nevrálgico de cada assunto que tivesse de solucionar.

Aquele telegrama à Legação Brasileira em La Paz, expedido de Petrópolis em 18 de janeiro de 1903, basta para retratar sua personalidade. No documento, destacou todas as atividades recentes: analisou a partida de Pando para o Acre com a intenção de esmagar os brasileiros, únicos habitantes da região; deu a justa inteligência ao malfadado *Tratado de 1867*, condenando a interpretação anterior; cogitou do contrato que a Bolívia havia assinado com o *Bolivian Syndicate*; e finalmente declarou litigioso o território compreendido entre o paralelo de 10° 20' e a linha Cunha Gomes.

O Presidente Juan Manoel Pando, apesar disso, talvez não acreditando em informações recebidas, permitiu que seu Ministro da Guerra, três dias depois de recebido o telegrama de Rio Branco (21 Jan), partisse com tropas em direção ao Acre e ele próprio, cinco dias após, também se pôs a caminho para aquela região, igualmente acompanhado de força armada, não obstante a péssima situação da política interna boliviana. Visava a vingar as derrotas de que tivera notícia e possivelmente salvar a guarnição de Porto Acre - que pensava ainda em mãos bolivianas -, além de tornar efetiva a entrega do território ao sindicato *yankee*, para o recebimento da primeira prestação ajustada: oitocentas mil libras inglesas.

O transe - é de se convir - foi angustioso para o primeiro magistrado da nação andina. Para se poder ausentar da capital, tivera que desterrar o Vice-Presidente da

República Anibal Capriles e, em cada dia de marcha, chegavam-lhe notícias alarmantes de La Paz, cuja situação piorava sempre. Em 5 de fevereiro, estando em Mapiri, de tal gravidade foram as notícias recebidas que resolveu regressar imediatamente, fazendo-se acompanhar pelo 5º Batalhão de Infantaria. Chegando, porém, a Palechuco, mudou de opinião e voltou sobre os próprios passos, pelo caminho de Tumupasa com metade do dito corpo. A outra metade mandou que seguisse para La Paz. Mais para diante, ordenou o regresso do Ministro Ismael Montes (ainda Goycochea).

Foi em caminho, já nas vertentes das Cordilheiras, que soube da capitulação de Porto Acre e da invasão da Bolívia por Plácido de Castro, que, segundo as versões que lhe chegaram, já teria ocupado Girona e Bela Flor, dispondo-se a marchar sobre Puerto Rico.

Enquanto o Presidente da Bolívia marchava para o Acre, o Barão, concretizando suas palavras, aconselhava o Presidente Rodrigues Alves a mandar efetivar a ocupação do Acre Setentrional, isto é, parte do território ao norte do paralelo de 10° 20'. O General-de-Divisão Antônio Olímpio da Silveira - veterano do Paraguai e coronel comandante da artilharia na campanha de Canudos (1896/7) - recebeu a incumbência e seguiu, sem perda de tempo no cumprimento da missão. Em 17 de março, sua vanguarda, sob o comando do Major Gomes de Castro, penetrava no Acre, acampando em Empresa, e, em 3 de abril, era o próprio comandante-em-chefe desse Corpo - também nomeado governador do Acre Setentrional - que chegava a Porto Acre. Sua força de ocupação era com-

posta por duas Brigadas de Infantaria (15ª, 27ª, 36ª e 40ª Batalhões de Infantaria) apoiadas pelo 4º Grupo de Artilharia de Campanha e reforçadas por uma Companhia da Polícia do Amazonas. Ao todo, 2.891 homens - se os quadros da tropa do Exército estivessem completos -, aos quais se acrescentariam 191 praças policiais.

O armamento era moderno, empregado no assédio ao arraial de Canudos, no final do século XIX: fuzis *Mauser* (1894) e *Mannlicher* (1888), metralhadoras *Nordenfelt* (1891), canhões *Krupp* 75 (1890), de procedência européia, além de rações de campanha enlatadas, fardamento, equipamento e material de acampamento de recente distribuição. O comandante-em-chefe, talvez por suas convicções florianistas, entrou em rota de colisão com o governador do Acre Meridional e desarmou os combatentes acreanos, recolhendo todo material bélico e logístico, logo repostos por seu substituto, nomeado pelo Ministro da Guerra João Nepomuceno de Medeiros Mallet, que o demitira. Uma divisão naval, sob o comando do Almirante Alexandrino de Alencar, igualmente enviada ao extremo norte, só mais tarde chegaria a Belém do Pará.

A ocupação militar do Acre Setentrional deu novas características ao teatro de operações e constituiria fator diplomático decisivo para ulteriores resoluções, fruto da sensibilidade e do talento de José Maria da Silva Paranhos. Ao término da luta ali travada, contabilizaram-se elevadas perdas de preciosas vidas humanas de ambos os lados em presença, o prejuízo econômico foi acentuado e o confronto político e diplomático quase conduziu as duas repúblicas fraternas à insensatez da guerra.

A QUESTÃO ACREANA (CRONOLOGIA)

1834 - Falha a primeira tentativa boliviana junto ao Governo brasileiro, por intermédio do General Mariano Armaza, para resolver a questão de limites entre a Bolívia e o Brasil.

1841 - Não obtém êxito a tentativa brasileira junto ao Governo boliviano, chefiada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, com o mesmo fim.

1852 - Manoel Urbano da Encarnação, brasileiro, descobre o Rio Aquiri ou Acre, penetrando-o até muito além de sua foz no Purus.

1857 - João Rodrigues Cameté, também brasileiro, sobe o Rio Acre, mais uma vez.

1861 - João da Cunha Corrêa, outro brasileiro, penetra novamente o mesmo rio.

1863 - Frustra-se a missão confiada a Rego Monteiro para tratar dos limites do Brasil com a Bolívia.

1865 - Continuam as explorações brasileiras no Rio Acre e seus tributários.

1866 - 10 de outubro. É massacrada no Javari a subcomissão brasileiro-peruana, dirigida pelo Capitão-Tenente João Soares Pinto e Manoel Rouac Paz Soldan, encarregada de explorar esse rio, determinando a posição de sua nascente principal.

1867 - 27 de março. É assinado em La Paz o acordo de limites entre Brasil e Bolívia, conhecido como Tratado de Ayacucho, concertado pelos ministros brasileiro Lopes Neto e boliviano Mariano Munõz.

1874 - 17 de janeiro. Parte de Tabatinga, às margens do Rio Solimões, a comissão brasileiro-peruana visando a explorar e determinar a fonte principal do Rio Javari.

Chefiar-na, respectivamente, o Capitão-de-Fragata Antônio Luiz von Hoonholtz, futuro Barão de Tefê, e o Capitão-de-Fragata peruano Guilherme Blake.

14 de março. A comissão exploradora do Javari estabelece que a nascente principal desse rio estaria a 07° 01' 17,5" de latitude sul e 74° 08' 27,7" de longitude oeste do meridiano de Greenwich.

1877 - 3 de abril. Chegam ao Acre os primeiros povoadores, todos cearenses, que se estabelecem em terras próximas à foz do Rio Purus.

1886 - 28 de julho. O Ministro boliviano Francisco Vellarde, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em presença do Imperador Pedro II, declara que o Rio Aquiri ou Acre não havia sido descoberto, mas que o seria em breve...

1895 - 19 de fevereiro. Foi assinado no Rio de Janeiro, pelos ministros do Exterior do Brasil Carlos de Carvalho e da Bolívia Frederico Diez de Medina, o protocolo para a demarcação da fronteira entre os dois países, aceitando ambos a posição da nascente do Javari estabelecida por Tefê e Blake, em 1874.

29 de setembro. Os comissários brasileiro e boliviano, Tenente-Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo e Coronel Juan Manoel Pando, encontram-se em Caquetá, no Estado do Amazonas, e encetam os trabalhos de demarcação da fronteira.

1897 - 6 de março. Taumaturgo de Azevedo em ofício datado de Manaus endereçado ao Ministro do Exterior, General Dionísio Cerqueira, anuncia a exploração do Javari, declarando que sua fonte seria muito mais ao sul.

1898 - 11 de janeiro. O Capitão-Tenente Augusto da Cunha Gomes entre-

ga ao Ministro do Exterior o relatório da reexploração do Javari, incluindo nesse trabalho que a nascente principal do rio estaria a 07° 11' 48,10" de latitude sul e 73° 47' 44,5" de longitude oeste.

23 de setembro. A Bolívia obtém do Governo brasileiro permissão para instalar alfândega no Acre.

19 de dezembro. O Ministro boliviano no Rio de Janeiro, José Paravicini, chega a Manaus para combinar com o governador do Amazonas a instalação de uma alfândega mista no Acre.

1899 - 2 de janeiro. O Ministro boliviano Paravicini, em pessoa, funda, com solenidade, Puerto Alonso, 4 1/2 milhas além do local por onde passaria a linha divisória com o Brasil, que não havia ainda sido demarcada, ali instalando a alfândega.

4 de janeiro. É dessa data o decreto baixado pelo Ministro Paravicini dispondo sobre a navegação no Acre e em outros rios.

30 de abril. O advogado e jornalista cearense José Carvalho, à frente de um grupo de acreanos, depõe o delegado nacional boliviano deixado pelo Ministro Paravicini.

14 de julho. Luiz Galvez, em Puerto Alonso, proclama a independência do Acre, declarando-o Estado soberano, do qual se faz presidente. O Acre estava acéfalo desde a deposição e partida do delegado boliviano.

... de outubro. Parte de La Paz uma expedição chefiada por Andrés Muñoz para ocupar o Acre.

30 de outubro. É assinado no Rio de Janeiro, pelo Chanceler Olinto de Magalhães e pelo Ministro boliviano Salinas Vegas, um novo protocolo para a demarcação da fronteira.

8 de dezembro. Antônio de Souza Braga, seringalista acreano, depõe Luiz

Galvez do governo que exercia sobre o Acre e se instala, ele próprio, no poder.

20 de dezembro. Morre, em Manaus, Pedro Kramer, quando se dirigia ao Acre para assumir o cargo de delegado da Bolívia, para o qual havia sido nomeado pelo ministro plenipotenciário junto ao Governo brasileiro. Substitui-o Ladisláo Ibarra, que viaja imediatamente de Manaus para Puerto Alonso.

1900 - ... de janeiro. Antônio de Souza Braga impede a mão armada que Ladisláo Ibarra assuma o governo, expulsando-o do Acre.

2 de fevereiro. Novamente Luiz Galvez assume o Governo, devolvido espontaneamente por Souza Braga.

9 de fevereiro. Chega a Porto Acre (ex-Puerto Alonso), o navio de guerra *Jutai*, sob o comando do Capitão-Tenente Raimundo Ferreira, credenciado também como vice-cônsul do Brasil na localidade. Por não encontrar Governo boliviano, regressa a Manaus, dois dias depois.

... de março. Ancora em Porto Acre uma *esquadilha de belonaves brasileira*, composta pelos *Tocantins e Jutai*, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra José Ramos de Azevedo. Acompanha a flotilha um navio de propriedade do Estado do Amazonas, no qual viaja o secretário de Finanças desse estado, Lopo Neto. Leva ao Comandante Ramos de Azevedo a ordem de depor Luiz Galvez do Governo do Acre, o que é feito.

14 de julho. Parte de La Paz o Vice-Presidente da Bolívia Perez Velasco, nomeado delegado extraordinário no Acre. Acompanha-o o Ministro da Guerra, Coronel Ismael Montes, que vem à frente do Batalhão *Independência*.

... de setembro. A Expedição Muñoz chega ao Acre, investindo-se Andrés Muñoz no poder.

19 de outubro. O Vice-Presidente Velasco e o Ministro Montes atingem por terra a aldeia Empresa, na margem do Rio Acre, acompanhados de uma escolta. O Batalhão *Independência* ficara em Riberalta. Seguem em canoas, nesse mesmo dia, rumo a Porto Acre. Entre as duas localidades são aprisionados por Gentil Norberto e Pedro de Souza Braga.

23 de outubro. Os revolucionários brasileiros libertam o Vice-Presidente Velasco e o Ministro Montes. O primeiro continua a viagem para Porto Acre; o segundo segue para Riberalta, em busca do Batalhão *Independência*.

6 de dezembro. Combate no Cajueiro entre brasileiros e bolivianos.

12 de dezembro. Os revoltosos ao mando de Antônio de Souza Braga atacam em Empresa o Batalhão *Independência*.

24 de dezembro. Porto Acre é atacado pela *Expedição dos Poetas*, vinda de Manaus, no vapor *Solimões*. Depois de algumas horas de tiroteio, aquela tropa se retira do campo de luta em direção a Caquetá.

25 de dezembro. A Expedição dos Poetas é atacada e destruída em Caquetá pelo brasileiro Manoel Felício, à frente de um grupo de mateiros, pretextando que precisava das armas para atacar os bolivianos.

1901 - ... de fevereiro. O Batalhão *Independência* regressa à Bolívia. O Vice-Presidente Perez Velasco e o Ministro Ismael Montes também abandonam o Acre, seguindo para Manaus juntamente com André Muñoz. No Governo, fica o Tenente-Coronel Pedro Salazar.

11 de junho. É assinado em Londres o convênio de arrendamento do Acre ao *Bolivian Syndicate*, conhecido como Contrato Aramayo.

17 de setembro. Chega ao Acre e assume o Governo o Coronel Manoel Canseco.

Final de 1901. A Comissão Mista Brasília-Boliviana, organizada para explorar o Rio Javari e localizar sua nascente, chefiada por Luiz Cruls e Ballivan, executa essa missão, verificando que a cabeceira do curso de água em questão está a 07° 06' 55" de latitude sul e 73° 47' 30,6" de longitude oeste, posição que seria confirmada em 1926 pelo Almirante Ferreira da Silva.

1902 - 3 de abril. Desembarca em Porto Acre, assumindo imediatamente o Governo, o cidadão boliviano Lino Romero, designado especialmente para fazer entrega da região aos delegados do *Bolivian Syndicate*.

23 de junho. Plácido de Castro, que está demarcando o seringal Vitória, acima de Xapuri, toma conhecimento pelos jornais do arrendamento do Acre.

25 de junho. A seguir, enceta sua viagem de propaganda revolucionária rio abaixo.

29 de junho. O chefe rebelado chega a Bagaço e segue para Bom Destino.

30 de junho. Plácido de Castro atinge Bom Destino e segue por terra para Caquetá, no território brasileiro.

2 de julho. Reunião em Caquetá dos próceres revolucionários, ficando combinada a luta contra os estrangeiros. Plácido de Castro é aclamado comandante-em-chefe das forças a serem organizadas.

6 de agosto. O caudilho, encabeçando uma partida de 33 homens, depõe as autoridades bolivianas de Xapuri.

7 de agosto. Plácido de Castro proclama a soberania política do Acre e institui o novo país com o nome de Estado Independente do Acre.

25 de agosto. Os revolucionários comandados pelo Coronel José Galdino infligem grande derrota aos bolivianos liderados pelo Capitão Gonçalo Moreno, em Santa Cruz.

18 de setembro. Os acreanos, sob a direção de Plácido de Castro, numerando 63 homens, são derrotados por um batalhão boliviano (180 homens), comandado pelo Tenente-Coronel Rozendo Rojas, num ponto próximo a Volta da Empresa.

21 de setembro. O Tenente-Coronel Hermógenes Ibanez derrota uma partida revolucionária em Telheiro.

24 de setembro. O Major Ladisláo Ferreira da Silva, à frente de 96 homens, repele em Bom Destino um ataque de 120 bolivianos comandados pelo Coronel Manoel Canseco.

3 de outubro. Plácido de Castro é aclamado general pelas forças revolucionárias. Recusa, porém, a honraria. No mesmo dia, constituindo várias colunas, estabelece o cerco de Volta da Empresa, onde se havia entrincheirado o Tenente-Coronel Rozendo Rojas.

7 de outubro. O vapor *Independência*, armado em guerra pelos bolivianos de Volta da Empresa, rende-se aos brasileiros.

16 de outubro. Capitula também a guarnição de Volta da Empresa, depois de 11 dias de luta. Os 160 prisioneiros são expulsos do Acre.

10 de novembro. Nicolas Suarez, com oitenta homens, vence uma coluna revolucionária em Igarapé da Baía, matando 48 deles.

12 de novembro. O mesmo Nicolas Suarez bate Manoel Alves em Montevideu.

18 de novembro. O Coronel Plácido de Castro derrota as forças do Tenente Julio Galioso, em Santa Rosa, no Rio Abunã.

2 de dezembro. O Barão do Rio Branco assume a pasta do Exterior.

7 de dezembro. Os brasileiros conduzidos pelo Coronel Plácido de Castro derrotam os bolivianos do Capitão Frederico Roman, entrincheirados em Costa Rica, no Rio Tahuamanu.

1903 - 15 de janeiro. Plácido de Castro à frente de oitocentos homens estabelece o sítio de Porto Acre, sede da Delegacion Nacional, defendido por vários corpos de tropa e civis armados bolivianos.

18 de janeiro. A comitiva do *Bolivian Syndicate* - que vinha assumir o governo da região -, ciente dos sucessos no Acre, regressa apressadamente da cachoeira do Purus, onde estava, para Belém do Pará, de onde se retira do país. Telegrama do Barão do Rio Branco ao ministro brasileiro em La Paz comunica que o Governo havia tornado litigioso o território acima do paralelo de 10° 20', devendo ocupá-lo com forças do Exército.

21 de janeiro. O Presidente da República da Bolívia, Capitão General Juan Manoel Pando, juntamente com o Ministro da Guerra, Coronel Ismael Montes, à frente de uma coluna militar, deixa La Paz rumo ao Acre.

24 de janeiro. As tropas bolivianas sitiadas em Porto Acre rendem-se ao Coronel Plácido de Castro. As perdas em combate de nove dias foram as seguintes: 200 bolivianos mortos, 200 feridos e 400 prisioneiros; 18 mortos e 45 feridos, pelo lado brasileiro.

28 de janeiro. Plácido de Castro foi aclamado governador do Estado Independente do Acre.

17 de março. O Major Gomes de Castro penetra no Acre à frente da vanguarda do Corpo Expedicionário Brasileiro.

21 de março. É assinado em La Paz o *modus vivendi* entre o Brasil e a Bolívia para a suspensão das hostilidades no Acre, até que fossem resolvidas as questões pendentes de limites.

3 de abril. O General Olímpio da Silveira chega ao Acre assumindo o governo do Acre Setentrional, isto é, do território acima do paralelo de 10° 20'.

10 de abril. O Governador Plácido de Castro transfere a sede de seu governo para Caparatá, uma vez que lhe cabe apenas o território abaixo do paralelo 10° 20', que fica conhecido como Acre Meridional.

... de abril. Plácido de Castro - informado da aproximação do General Pando - invade a Bolívia pelo Tahuamanu com a intenção de atacá-lo na localidade de Palestina.

18 de abril. A vanguarda de suas tropas (sessenta homens) toma contato com as forças de Pando que se haviam entrincheirado em Puerto Rico.

24 de abril. O General Pando, com apenas dois ajudantes-de-ordens, abandona Puerto Rico, por terra, a pé.

26 de abril. Enquanto a vanguarda dos acreanos, sob o comando do Coronel José Brandão, combate com os bolivianos em Puerto Rico, impedindo-lhes que avancem ou recuem, Plácido de Castro, em Girona, prepara-se para marchar com o grosso de seu efetivo, a fim de dar o golpe final. Nesse dia, chega o Major Gomes de Castro com mensagem do General Olímpio da Silveira para ele e para o General Pando, comunicando a assinatura do *modus vivendi*.

27 de abril. No momento em que o emissário do general brasileiro avista Puerto Rico, é levantada a bandeira branca, para fazer idêntica comunicação aos atacantes da praça.

17 de novembro. Assinatura, em Petrópolis, do Tratado de Limites entre o Brasil e a Bolívia, concertado pelo Barão do Rio Branco e por Claudio Pinilla, ministro plenipotenciário daquela República.

26 de dezembro. O Congresso boliviano aprova o Tratado de Petrópolis.

1904 - 25 de janeiro. A Câmara dos Deputados do Brasil aprova o mencionado Tratado.

12 de fevereiro. O Senado Federal brasileiro ratifica o Tratado com a Bolívia.

7 de abril. O Governo da União, em decreto dessa data, dá organização administrativa ao Território do Acre. ☉

BIBLIOGRAFIA

- BALDIVIESO, Pastor. *La Campaña del Acre*;
 BARBOSA, Rui. *O Direito do Amazonas*;
 CALMON, Pedro. *História Social do Brasil*;
 CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*;
 CASAS, Alvaro de las. *Galvez*;
 CASTRO, Genesco de. *O Estado Independente do Acre e Plácido de Castro*;
 CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*;
 GOYCOCHEÁ, Luiz de Castilhos. *O Espírito Militar na Questão Acreana*;
 GUANABARA, Alcindo. *A Presidência Campos Sales*;
 LIMA, Cláudio de Araújo. Plácido de Castro: *Um Caudilho Contra o Imperialismo*;
 POMBO, Rocha. *História do Brasil*;
 PORTO SEGURO, Visconde de. *História Geral do Brasil*;
 REIS, Arthur Ferreira. *A Questão do Acre*;
 RIO BRANCO, Barão de. *Relatório do Ministro do Exterior (1902/3)*.

D.A.C. Diretoria de Assuntos Culturais



Fortaleza de Santa Cruz

Estrada General Eurico Gaspar Dutra, s/nº
 Jurujuba – CEP: 24370-370
 Tels.: 2710-7840 e 2711-0166
 Visitação: diariamente das 9h às 17h